

Indícios complicam 4 deputados

Corregedoria terá de apurar dados das subcomissões que o relatório final desprezou

MARA BERGAMASCHI e
ELZA PIRES

BRASÍLIA — Pelo menos quatro dos deputados que escaparam da lista de pedidos de cassação da CPI do Orçamento terão de se esforçar para contestar os indícios comprometedores encontrados pelas subcomissões da CPI em três meses de investigações. Os indícios foram considerados insuficientes pelos relatórios finais dos deputados Roberto Magalhães (PFL-PE) e Roberto Rollemberg (PMDB-SP). A partir de hoje, voltarão à tona na Corregedoria-Geral da Câmara, encarregada de concluir as investigações sobre 14 deputados que escaparam da lista de cassações.

Excluído da lista graças a uma errata, o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), foi apontado pela subcomissão de emendas como o principal elo da Construtora Norberto Odebrecht com o esquema de manipulação do Orçamento. Segundo a subcomissão, a empreiteira se relacionava com o deputado "em cada uma das fases do ciclo orçamentário, que vai da verificação das necessidades da empresa até a liberação de verbas pelo Executivo".

"Temos documentos que descrevem a participação do deputado em reuniões da Odebrecht", afirmou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). O próprio Aleluia, um dos campeões de emendas ao Orçamento, confirmou suas ligações com a empreiteira no depoi-

mento que prestou à CPI. A subcomissão de emendas conseguiu estabelecer correlação entre percentuais encontrados à frente do nome de Aleluia nos disquetes da Odebrecht e emendas do Orçamento para obras da empresa.

O deputado José Luiz Maia (PPR-PI) é outro que estaria em pior situação se o relatório final tivesse aceito as sugestões das subcomissões. Ele também é incluído entre os parlamentares de confiança da Odebrecht. Segundo

ALELUIA
CONFIRMOU
LIGAÇÃO COM
ODEBRECHT

a subcomissão de patrimônio, Maia movimentou em 1991 valores 361% superiores a seus rendimentos. Os deputados José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) e Paes Landim (PFL-PI) foram excluídos da cassação com o mesmo argumento: as provas não eram conclusivas.